

Conforme documento anexo, o Relator das Contas de 2018 de Monte Mor expediu Ofício ao Prefeito para apresentar as seguintes informações no prazo de 10 dias uteis:

a) Informar qual o Regime de Contratação dos servidores do Executivo Municipal (CLT ou Estatutários);
Estatutários

b) Informar se o Município está filiado ao Regime Geral de Previdência Social – INSS, ou se possui Regime Próprio Municipal (Instituto de Previdência ou Fundo Previdenciário);
Possui Regime Próprio - IPREMOR

c) No caso da existência de Instituto de Previdência, informar a atual composição da Diretoria; no caso de Fundo Previdenciário, fornecer relação completa dos gestores e/ou responsáveis;

Composição da Diretoria Executiva:

Fernando José Ginefra Gonçalves, (RG/SSP/SP 11.504.540-6/CPF 062.875.488-43) Dir. Presidente
Berenice Elizete Betarelli Lopes (RG/SSP/SP 16.342.840-2/CPF 087.498.978-70) Dir. de Previdência;
Rosimara Cristina Duarte Roventini (RG/SSP/SP 27.353.147-5/CPF 168.576.598-00) Dir. Financeira

d) Informar se o Executivo Municipal realiza a retenção previdenciária sobre os salários dos servidores para repasses ao regime de Previdência, e qual o percentual do desconto, indicando a legislação de regência;

Legislação que rege os descontos previdenciários Lei 1912/2014 (site do IPREMOR) com alterações Lei 2514/2017 (ANEXO)

e) Informar se existem no município, servidores que não contribuem ou nunca contribuíram para o Regime de Previdência, seja ele o Geral ou Próprio; Caso positivo, fornecer a relação nominal completa de todos os servidores, contendo a data de admissão e atual situação funcional, além de cópia das respectivas folhas de pagamento do exercício de 2018;
NÃO.

f) Informar se os recolhimentos previdenciários do Executivo e o repasse das retenções estão em dia, incluindo as parcelas de eventuais parcelamentos, que caso tenham sido firmados, deverão ser discriminados um a um, indicando o valor total parcelado, período de referência, número de parcelas, saldo quitado e saldo restante, devendo enviar cópia integral dos termos de parcelamento e respectiva autorização legislativa.

Repasse exercício 2.018 em atraso, (tanto a parte patronal, com atrasos em todas as competências) como segurados (competências 12 e 13) – Valores em anexo; Parcelamentos em dia. (cópias em anexo). Há 2 acordos aceitos pelo MPS 2313/2017 e 621/2018. O acordo 363/2016 ainda se encontra em fase de avaliação pelo MPS.

- Parcelamento referente ao Exercício de 2015: devido ao Parcelamento 00654/2017 ter sido considerado IRREGULAR pelo Ministério da Fazenda - Secretaria da Previdência, conforme PAP nº 048/2016, não foi aprovado o devido Parcelamento 363/16, referente ao exercício 2.015; assim, o débito de R\$ 12.725.580,66 (apurado em 27/07/2017) não possui parcelamento, até o momento, está SUB JUDICE. - DOCUMENTOS EM ANEXO.

- Parcelamento referente ao Exercício de 2018: Parcelamento autorizado pela Lei nº 2651 de 27/11/2018, porém ainda não foi realizado o Termo. O valor q está no relatório refere-se aos empenhos estornados e cancelados do Ipremor em 2018, porém o Termo ainda não foi feito. No ano passado, o Termo referente ao ano anterior, foi assinado em abril.

- Termos 2313/2017 e 621/2018: estes estão sendo pagos normalmente.